

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA

Em 4 de março de 2020 (quarta-feira) às 09h

PAUTA

04ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão do Requerimento nº4/2020-CDR (02/03/2020 16:38)

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 3, DE 2020

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Onyx Lorenzony, Ministro da Cidadania, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a fila de brasileiros que esperam pelo Bolsa Família.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Textos da pauta:

Requerimento (CDR)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 4. DE 2020

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater os meios e a efetividade da fiscalização de embarcações no Amapá.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Textos da pauta:

Requerimento (CDR)

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2645. DE 2019

- Não Terminativo -

Acrescenta art. 41-A à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI) **Relatoria:** Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- A matéria constou na Pauta da 1ª Reunião, em 05/02/20;
- A matéria segue para apreciação da CTFC Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (em decisão terminativa).

Textos da pauta:

Relatório Legislativo (CDR) Avulso inicial da matéria (PLEN)

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 5680, DE 2019

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e o

Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, para tipificar os planos urbanísticos.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na Pauta da 01ª Reunião, em 05/02/20;
- A matéria segue para apreciação da CCJ Comissão de Constituição e Justiça (em decisão terminativa).

Textos da pauta:

Relatório Legislativo (CDR) Avulso inicial da matéria (PLEN)